



JORNALISMO CRÍTICO-EMANCIPATÓRIO NO ANTROPOCENO: a práxis noticiosa de repórteres indígenas na Amazônia Real e Sumaúma¹

CRITICAL-EMANCIPATORY JOURNALISM IN THE ANTHROPOCENE: the news praxis of indigenous reporters in the Real Amazon and Sumaúma

Esther Kerem de Oliveira Soares ²
Rafael Bellan Rodrigues de Souza³

Resumo: O termo Antropoceno sintetiza que as atividades humanas no planeta modificaram de forma imprevisível sua jornada natural. A formação de consciências sobre esse cenário devastador exige processos comunicacionais comprometidos com a revelação das contradições dessa nova era, compreendida enquanto produto do sistema de metabolismo social do capital. O jornalismo crítico-emancipatório surge como uma práxis noticiosa voltada a ultrapassar a aparência reificada da realidade histórica, revelando seus condicionantes. Neste artigo, analisamos como as características desse jornalismo estão presentes na produção de quatro repórteres mulheres (autodeclaradas) indígenas na Amazônia Real e Sumaúma. Para tanto, analisamos uma reportagem de cada jornalista e recolhemos depoimentos sobre seu trabalho, buscando identificar os marcadores crítico-emancipatórios presentes.

Palavras-Chave: Jornalismo crítico-emancipatório. Antropoceno. Práxis noticiosa. Repórteres indígenas.

Abstract: The term Anthropocene summarizes that human activities on the planet have unpredictably modified its natural journey. The formation of awareness about this devastating scenario requires communication processes committed to revealing the contradictions of this new era, understood as a product of capital's social metabolism system. Critical-emancipatory journalism emerges as a news praxis aimed at overcoming the reified appearance of historical reality, revealing its conditioning factors. In this article, we analyze how the characteristics of this journalism are present in the production of four (self-declared) indigenous women reporters in the Real Amazon and Sumaúma. To this end, we analyzed a report from each journalist and collected testimonials about their work, seeking to identify the critical-emancipatory markers of this news praxis.

Keywords: Critical-emancipatory journalism. Anthropocene. News praxis. Indigenous reporters.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

2 Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Graduanda em Jornalismo, esther.soares@edu.ufes.br

3 Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Doutor, rafaelbellan@yahoo.com.br

1. Introdução

O debate sobre a crise climática tem despertado novas reflexões em torno da relação entre o sistema do capital e o território planetário, revelando seus efeitos destruidores. O protagonismo de movimentos ambientais, indígenas e quilombolas ganharam expressão no Brasil da última década, somados às lutas de trabalhadores do campo e das cidades que tem se defrontado com elementos que demonstram o desmanche da natureza e da força de trabalho em contexto neoliberal, processualidade alarmante que desperta uma centralidade para os sujeitos que protagonizam lutas sociais.

Os povos originários de regiões como a Amazônia são convocados a resistir não só pela defesa dos seus territórios, mas como último bastião de proteção das florestas contra a sanha acumuladora do modelo econômico vigente desde a revolução industrial. É o momento de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) que revela uma nova época histórica denominada Antropoceno (ANGUS, 2023; SAITO, 2024; FOSTER, 2023), período em que o planeta sofre as consequências do modelo exploratório fincado no uso de combustíveis fósseis e extração cavalar dos minérios que sustentam não só a matriz energética necessária ao novo modelo de inteligência artificial (urânio para a energia nuclear) e digital (elementos químicos para os hardwares e servidores do Vale do Silício) mas na produção ampliada e incessante de mercadorias.

A Amazônia e demais florestas brasileiras têm sido colocadas em pauta pelos variados veículos jornalísticos. Todavia, a perspectiva capitalista que acredita em saídas dentro do próprio sistema já mostram seu sinal de esgotamento. “O “keynesianismo climático” em busca do “crescimento econômico verde” apenas leva a uma maior penetração do “estilo de vida imperialista” e do “imperialismo ecológico”. O resultado é um agravamento da crise ambiental global ao mesmo tempo em que aumenta ainda mais a desigualdade” (SAITO, 2024, p. 221). Mas como em toda crise, há um elemento de positividade nessa dialética de mudanças, em especial nos modelos de comunicação e informação.

Com a produção de outros agentes comunicativos, organicamente compromissados com as lutas ambientais e indígenas, retorna ao cenário de mobilização popular o papel de um jornalismo de novo tipo. Demonstraremos aqui a relevância de uma produção jornalística que se coloque enquanto conhecimento concreto da realidade, capaz de cartografar as contradições que emanam no contexto do Antropoceno. Essa produção noticiosa tem um papel formador de sujeitos históricos, sendo uma ferramenta indispensável para as lutas sociais do século XXI.

Este texto analisa como as características desse jornalismo crítico-emancipatório se aproximam da práxis noticiosa de jornalistas mulheres autodeclaradas indígenas, cujo trabalho enquanto repórteres se colocam na busca por um material noticioso voltado ao debate da emancipação social e contrário a hegemonia pró-capitalista da maior parte dos veículos de informação da imprensa convencional. As jornalistas Ariene Susui e Catarina Barbosa escrevem para o Sumaúma, enquanto Elaíze Farias, e Hellen Lirtêz contribuem para a Amazônia Real. Para tanto, analisamos uma reportagem de cada autora e realizamos entrevistas com elas, buscando identificar as aproximações e distanciamentos de suas produções em relação aos marcadores do jornalismo como conhecimento desreificado (GENRO FILHO, 2012). Antes das análises, contudo, apresentamos reflexões em torno do Antropoceno, bem como a relevância do debate do jornalismo neste contexto de crises.

2. Antropoceno e capital

As ondas de calor e os termômetros elevados na maior parte das cidades brasileiras confirmam os estudos e as previsões mais alarmantes sobre o aquecimento do planeta. O ano de 2024 ganhou o certificado de mais quente desde o período pré-industrial. É o primeiro a passar a barreira de 1,5º C. O Instituto Copernicus da União Européia confirmou os dados globais, que também fizeram eco nos estudos climáticos brasileiros, divulgados pelo Instituto Nacional de Metereologia (Inmet). As informações apontam as consequências da irrefreável emissão de gizes, também conhecida como efeito estufa. No entanto, as mudanças climáticas que já produzem desastres como os vistos no estado do Rio Grande do Sul e na região da Valência, na Espanha, são epifenômenos mais nítidos de uma nova era geológica, já fortemente compactuada entre a comunidade científica. O termo Antropoceno sintetiza que as atividades humanas no planeta modificaram de forma imprevisível sua jornada natural.

Angus (2023) explica que embora pouco percebidas pela imprensa e desconhecidas por grande parte dos ecologistas, os cientistas fizeram descobertas impactantes sobre a história e a conjuntura atual de nosso planeta nas últimas duas décadas. A conclusão a que eles chegaram é de que a Terra entrou em um novo estado, diferente dos anteriores, uma época que eles denominaram Antropoceno. Essa nova era precisa ser vista como um fenômeno de evidentes expressões biofísicas, mas também como um evento socioecológico, resultante da expansão do capitalismo e de sua profunda dependência dos combustíveis fósseis. “Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; quanto mais dilata o

volume da produção, tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1010).

Do ponto de vista biofísico, um dos possíveis indicadores do início da mudança global se dá em meados do século XX, na opinião do Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno (AWG, sigla em inglês) (ANGUS, 2023). Eles consensuaram o aparecimento de plutônio 239 em estratos geológicos. Esse isótopo radioativo advém do teste de armas termonucleares pelos militares dos Estados Unidos, produzido pela primeira vez em 1952, no oceano pacífico. Esse material se espalhou pelo mundo como precipitação atmosférica. É a presença dele nos sedimentos que demarca uma linha divisória nítida entre o Holoceno e o Antropoceno. No lago Crawford, em Ontário, Canadá, há uma camada bem definida de plutônio 239 nos sedimentos profundos, local que comprova a marca da Grande Aceleração que produziu a mudança ambiental e climática.

Outras evidências do Antropoceno são as elevadas temperaturas globais resultantes dos altos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, como apontamos, que segundo estudos recentes preveem que, mesmo com os níveis de emissões mais baixos possíveis, até 90% da população mundial enfrentará os efeitos combinados do calor e da seca neste século. Por conta da divisão internacional capitaneada pelo capital em nível mundial - que coloca o sul global como celeiro do mundo - os países pobres sofrerão tais efeitos de forma mais intensa. Os incêndios florestais que já destruíram milhões de hectares de florestas, eliminando animais e forçando milhares de pessoas a fugir também serão mais contantes. As mudanças climáticas, a destruição e queimada de florestas e o uso incontrolável de produtos químicos e fertilizantes (pelo agronegócio) estão colocando em risco inúmeras espécies e organismos. “Dois terços dos insetos do mundo poderão ser extintos até meados deste século, e 49% de todas as espécies de aves selvagens estão sumindo. É provável que milhares de espécies animais e vegetais desapareçam antes de os cientistas as catalogarem” (ANGUS, 2023, p.10).

Há uma curva acentuada nas taxas de variação em grande parte das interações homem-natureza em decorrência do impacto humano sobre o meio ambiente. Com a marcação de sua gênese na Grande Aceleração do capital pós-guerra, momento em que se consolida no mundo a intensificação da produtividade por meio da utilização de combustíveis fósseis, torna-se cada dia mais indistinguível a crise econômica da crise ecológica. Vale lembrar que a produção mundial de petróleo cresceu mais de 700% no período de 1946 a 1973. A Grande Aceleração só foi possível com o petróleo barato e não só ele próprio como um produto à venda mas “como



matéria-prima para plásticos e outros produtos petroquímicos, como facilitador de processos de fabricação que demandavam muita energia e, acima de tudo, como combustível para centenas de milhões de carros, caminhões, navios e aviões” (ANGUS, 2023, p. 168). O capitalismo fóssil se espalha pelo território mundial e coloca os processos econômicos humanos contra os ciclos naturais do planeta.

O pensamento de Karl Marx volta a tona no século XXI, visto que suas ideias em torno da ruptura metabólica explicitam a tônica da corrosão ambiental produzida pelo modo de produção capitalista. Segundo Bellamy Foster (2023), Marx elaborou sua teoria da ruptura metabólica demonstrando que o capital rompe sistematicamente o ciclo metabólico da Terra, impedindo sua renovação e equilíbrio, posto que este modelo produtivo gera valor sempre na base da corrosão das fontes de riqueza social: a terra e o ser humano que trabalha – pois exploração e desperdício fazem parte de sua tônica incontrolável de acumulação. Esta compreensão se comprova em um conjunto de pesquisas que demonstram as rupturas no metabolismo de carbono (questão climática), metabolismo oceânico, pesqueiros esgotados, desmatamento das florestas tropicais, secas, resíduos tóxicos, dentre inúmeras questões que revelam uma crise múltipla.

Crises alimentares, apropriações de terras, cortes de energia elétrica, privatização da água, aumento da poluição, deterioração das cidades, declínio da saúde pública e aumento da violência contra as populações oprimidas estão convergindo com o crescimento da desigualdade, estagnação econômica e aumento do desemprego e do subemprego (FOSTER, 2023, p. 269).

Considerar as questões que eclodem no sistema capitalista mundial como conjunturais e parciais, restritas a saídas de horizonte individual ou particular de um território específico, nubla a característica da totalidade do desafio do capital em crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002). A luta ecológica que se desenha no Antropoceno só terá o poder de extrair sua força dos agrupamentos onde a vida é mais precária, principalmente das populações originárias que se colocam como último bastião de defesa de mananciais e florestas tropicais, contra a acumulação primitiva do capital que busca avançar sobre esses territórios em sua sanha incontrolável de lucros. A mineração extrativista conduzida por bancos internacionais como o Forbes & Manhantan anunciam para os povos indígenas da Amazônia o enfrentamento contra o “fim do mundo” (PINASSI e DI GUASTALLA, 2022). O Antropoceno não só se anuncia como uma mudança radical jamais imaginada do ciclo natural do planeta, mas como um “trem

desgovernado” (BENJAMIN, 1994) que coloca na ordem do dia um risco fatal para a humanidade.

A conscientização deste processo exige a disseminação de conhecimentos capazes de desenvolver a leitura concreta desta conjuntura, pois sem ela pouco se consegue avançar nas lutas contra a destruição planetária. O reconhecimento do papel do capital como antípoda da humanidade precisa ser colocado novamente na ordem de prioridades dos movimentos sociais, ambientais, dos ribeirinhos e indígenas, quilombolas e explorados dos campos e das cidades.

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 1999, p.26).

A formação de consciências sobre cenário tão devastador exige processos comunicacionais comprometidos com a revelação das contradições do Antropoceno, compreendido enquanto produto do sistema de metabolismo social do capital. Na perspectiva de compreensão das potencialidades do jornalismo enquanto mediação para esse tipo de conhecimento, apresentaremos, em seguida, as contribuições de Genro Filho (2012) sobre um jornalismo crítico e emancipatório, buscando os marcadores que ele sugere.

3. Jornalismo crítico-emancipatório

Genro Filho (2012) aponta, no célebre estudo que demarca uma teoria marxista do jornalismo, que tal atividade seria uma modalidade social de conhecimento, como a arte e a ciência. Isto porque o jornalismo informativo busca uma apreensão do real histórico, assim como as tantas outras formas de conhecimento, só que cristalizada no singular. O estudo é debitário das reflexões de Lukács (2013), que desenvolve relevante releitura das categorias de singular, particular e universal presentes nos estudos de Marx, autor que remonta, pelo materialismo histórico, as elucubrações de Hegel. Assim, esses conceitos passam a ser retratados como determinações da realidade, em suas relações dialéticas profundas. São nexos reais da natureza e da sociedade, em que o singular aparece de forma fenômenica como expressão direta, única, campo flutuante de uma realidade mais totalizante, universal, ainda imersa à percepção. O particular estaria na mediação entre o único e o total, entre o singular e o todo. Assim, cada elemento imediato de uma dada realidade, mantém uma relação dialética, de

determinação e afetação, com a totalidade social. Como explica Chasin (2009), “conhecer é precisamente capturar e expor a totalidade real da única maneira pela qual é possível, ou seja, na forma da totalidade pensada” (p.209).

Evidente que, se o jornalismo informativo se plasma no singular (o irrepetível, único) ele jamais evidenciará o universal (engrenagens sistêmicas amplas) de forma direta. Mas como tal singular se trata de um ponto de chegada, ele se dá após o processo investigativo do repórter que conecta tal fato específico (quê, quem, quando, como, onde, por quê) a camadas mais amplas de determinações (particulares e universais). Assim, “se os jornalistas querem alterar revolucionariamente os fatos sociais a partir da exposição dos fatos jornalísticos, a zona de combate está nas mediações que dado fato realiza com a realidade mais ampla, com o horizonte político e social” (PONTES, 2015, p. 310).

A dialética entre fenômeno e essência aqui se torna inequívoca. Em uma sociedade capitalista a qual impera o fetiche (MARX, 2017) e a reificação (LUKÁCS, 2013) a apreensão da aparência pode ocultar a essência de constituição histórica da realidade objetiva. Não obstante, expressar realisticamente o singular exige esmiuçá-la conexão com o particular e universal. Genro Filho (2012, p.171) defende que nos fatos jornalísticos coabitam essas três dimensões da realidade. Apresentando o exemplo de uma greve, o pensador gaúcho explica que os elementos conjunturais (singulares) de uma mobilização deste porte (a organização do movimento, as reivindicações, reações dos patrões, etc) estão imbricados na particularidade de um contexto político peculiar e de forma universal aos elementos totalizantes da contradição capital/trabalho no mundo. Mas como o relato jornalístico fixa-se no singular, a particularidade aparecerá subordinada formalmente a ele, enquanto a universalidade estará presente, mas só como conteúdo implícito, em horizonte.

O jornalismo crítico-emancipatório trata-se de uma práxis noticiosa voltada a ultrapassar a aparência reificada da realidade histórica, compreendendo as articulações internas e mediações determinantes dos acontecimentos singulares, apontando, nesta revelação concreta, quais as reais possibilidades de transformação que são parte das contradições sociais postas em relevo pela investigação jornalística (SOUZA, 2024).

O jornalismo pode retratar leituras singulares concretas quando direcionado por uma cosmovisão (norteada por componentes ideológicos) que rompa com o senso comum hegemônico, que tende a ser alvo de processos de reificação. O jornalismo crítico-emancipatório seria aquele voltado para as questões éticas insuperáveis de nossa época: a

sobrevivência da humanidade em uma sociedade gestada pelos produtores livremente associados. Esse tipo de práxis noticiosa atenderia o seu papel enquanto conhecimento necessário para a tomada de ações transformadoras. Longe de seu atrelamento histórico com a imprensa, Genro Filho (2012) considera que o jornalismo pode produzir uma compreensão concreta do singular, principalmente quando voltado a reconstituir as múltiplas determinações dos fatos.

Com base no trabalho teórico de Genro Filho (2012) e no horizonte ontológico do ser social (LUKÁCS, 2013), delimitamos alguns marcadores que nos permite investigarmos a conformação do jornalismo em seu papel formador de sujeitos históricos. Assim, analisamos como o jornalismo crítico-emancipatório se concretiza na práxis noticiosa das jornalistas Elaíze Farias, Hellen Lirtêz, Ariene Susui e Catarina Barbosa da agência Amazônia Real e plataforma Sumaúma, sobretudo na busca por um jornalismo que, longe de mero ativismo, visa fazer frente a hegemonia capitalista presente na imprensa hegemônica. Com base em uma análise crítica de quatro reportagens produzidas por essas jornalistas, e seus depoimentos, pretende-se identificar as aproximações e distanciamentos desses objetos de estudo em relação aos marcadores do jornalismo crítico-emancipatório elencados a seguir.

4. Percurso metodológico

Com o objetivo de investigar a incidência do jornalismo crítico-emancipatório em sua materialidade histórica brasileira, entendendo-o como uma forma de conhecimento capaz de evidenciar as contradições de nossa época, realizamos uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental (GIL, 2008), apoiada na ferramenta da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), com a finalidade de compreender a práxis noticiosa de jornalistas mulheres indígenas, a partir de reportagens produzidas por elas e também por meio de entrevistas de compreensão - material este que compõe o corpus de análise deste artigo.

O intuito é identificar as aproximações e distanciamentos da práxis noticiosa destas repórteres com o debate sobre um jornalismo capaz de fazer frente aos desafios do Antropoceno. Com inspiração na abordagem dialética, entendemos as categorias de totalidade, mediação e contradição (NETTO, 2011) como fundamentos para um processo de conhecimento que vai da aparência à essência, revelando a natureza íntima da dinâmica social enquanto concreto pensado. Esta concepção considera o jornalismo em sua realidade histórico-

social, bem como suas determinações e dinâmicas entrelaçadas com a ação dos sujeitos históricos.

Para isso, foram definidos sete marcadores do jornalismo crítico emancipatório, organizados nas seguintes categorias:

1. Identificação dos pressupostos ontológicos e epistemológicos: este marcador busca identificar a posição social e o direcionamento político, ideológico, moral e filosófico que permeiam a práxis jornalística, isto é, como a orientação subjetiva do jornalista se encontra com a objetividade social e direciona a percepção e interpretação do fato, em sua complexidade, além de destacar as projeções ideológicas que emanam da reportagem.

2. Cosmovisão emancipatória: é aquela que se coloca no ângulo oposto ao da reprodução para a apreensão do singular-significante (GENRO FILHO, 2012), portanto, trata-se da abordagem que realiza uma interpretação dialética do presente, se contrapõe a visão hegemônica dominante e se abre a uma perspectiva crítica. A presença da cosmovisão emancipatória traz nuances do papel combativo e de conscientização dos conflitos, examina as contradições sociais, direcionando enquanto horizonte de sentido os enfrentamentos necessários para a transformação e emancipação social.

3. Reelaboração do fato para além da aparência fenomênica: estabelece a relação dialética entre fenômeno e essência, evitando uma abordagem que simplesmente reproduza as tendências universais capitalistas que moldam a realidade. Em busca da essência, a reelaboração crítica do fato precisa ultrapassar a descrição fenomênica, questionar a naturalização do status quo, e explorar reflexivamente as mediações e relações objetivas e históricas subjacentes que compõem o fenômeno.

4. Imediaticidade como ponto de chegada, e não de partida: a informação imediata não deve ser o ponto de partida da análise, mas sim o resultado de um processo investigativo que aprofunde os contextos e os nexos envolvidos no singular concreto apreendido. A imediaticidade, “o singular; portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo” (GENRO FILHO, 2012, p.80).

5. Apreensão da realidade como produto histórico-social: o jornalista deve investigar as raízes mais profundas e interpretar conexões históricas sociais dos fenômenos, elucidando os vínculos que explicam a natureza desses eventos e suas causalidades em um contexto maior, como trazer clarezas sobre as implicações do fenômeno; traçar interesses econômicos; destacar

grupos sociais; se atentar às contradições sistêmicas da sociabilidade capitalista como o racismo, patriarcado, etnocentrismo, e conflito de classes.

6. Ruptura do “senso comum”: a reportagem deve romper com o senso comum e os paradigmas de representação e codificação dominante, explorando as contradições, elementos da realidade que amplifique o escopo de interpretação dos fenômenos, e fornecer substâncias para uma leitura crítica da realidade.

7. Firma-se no singular concreto: o singular, por sua natureza, é a expressão mais fenomênica da realidade, representando o aspecto irrepetível que emerge na relação imediata com o real. Este marcador busca identificar essa dimensão nas reportagens, pois é por meio dela que o jornalismo produz conhecimento. Ao reconstituir o aspecto fenomênico do singular em suas relações com o particular e o universal, o jornalismo projeta significados que ampliam as possibilidades de compreensão da realidade. Um jornalismo crítico e emancipatório revela os fatos enquanto expressão visível de uma totalidade em movimento.

Pautada nestes pressupostos, a pesquisa recolheu quatro reportagens de mulheres indígenas (da Amazônia Real e Sumaúma) publicadas no ano de 2023. Foram selecionados textos que tocassem em, pelo menos, um destes quatro eixos: questões ambientais e étnicas; direitos humanos e defesa dos direitos territoriais dos povos originários. Todas as quatro repórteres foram entrevistadas e puderam refletir sobre as dimensões de sua práxis noticiosa.

5. Amazônia Real

Elaíze Farias é jornalista formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), de origem indígena do povo Sateré Mawé. Como uma das fundadoras da agência de jornalismo independente Amazônia Real, a jornalista defende que o jornalismo que produz visa mostrar uma realidade invisibilizada, expor violações que aparentam ser calcadas em uma realidade regional, mas que os impactos não se limitam aos entornos das comunidades diretamente afetadas.

Diante do anseio de romper com a lógica de produção de notícias dos veículos tradicionais, a reportagem “Facções ampliaram atuação em garimpo e em crimes ambientais na Amazônia” de Elaíze Farias (2023) descontina uma realidade obscurecida sob o direcionamento de outra leitura dos fatos. A partir do estudo “Cartografias da Violência na Amazônia”, os primeiros parágrafos da reportagem apresentam os pontos de proximidade entre garimpo ilegal e narcotráfico, que se fortaleceu após uma fuga do sistema prisional em Roraima em 2019. O

território de difícil acesso e escassa fiscalização se configurou um refúgio para os ex-prisioneiros, e, consequentemente, para uma relação imbricada chamada “narcogarimpo”.

Além do interesse na infraestrutura do garimpo, que conta com pista de pouso e pontos logísticos para escoar drogas ilícitas em todo território nacional, a atividade econômica do garimpo é rentável, e, ao mesmo tempo, dispõe de uma frágil cadeia de controle de transações. Nesse sentido, o contexto investigado pela repórter revela que as facções ampliam suas frentes em crimes ambientais e área de garimpo desde a última década, o que coincide com a crise migratória da Venezuela para o Brasil em 2018. Paralelo à aplicação das técnicas de apuração e investigação do jornalismo, Elaíze Farias ressalta a importância de emplacar um olhar crítico e aprofundado da realidade, e até mesmo conhecer a história da Amazônia para compreender suas múltiplas dimensões na composição do fato jornalístico.

“Na Amazônia Real, a gente prioriza ouvir as pessoas. A gente também acha importante o jornalismo de dados, mas se não tiver fala dos locais, aspas... se não conhecer a realidade, não se inserir ali, dialogar, compreender, para mim, não é jornalismo, é só um relato. [...] A gente precisa ver a realidade, que muitas vezes é colocada de forma muito equivocada, ou enviesada, ou inconsistente” (Elaíze Farias, 2024)⁴.

Assim, a jornalista realiza um enfrentamento ao senso comum hegemônico ao articular a política de interesse do setor ruralista e uma realidade complexa, na qual novas formas de violência têm espaço para se expandir, diretamente amparadas pela frouxa fiscalização do Estado. Em termos gerais, a jornalista aponta para um problema sistêmico que transcende a esfera puramente política, uma vez que constata “[...] apesar das operações do atual governo federal na TI Yanomami, não há sinais de que a exploração ilegal de ouro se enfraqueceu” (FARIAS, 2023).

O mapeamento da repórter apresenta os aspectos singulares da realidade, ao mesmo tempo, reelabora e expressa esse singular em contato com suas mediações (marcador da reelaboração dos fatos). Como apreensão crítica da realidade, a primeira observação se dá sobre a figura do garimpeiro e o caráter econômico da atividade para a região.

Além de focar na descrição factual fenomênica, a repórter articula os fatos com as causalidades e imbricações históricas. Um exemplo é a rede interseccionada entre política de flexibilização, que precariza a segurança pública em locais estratégicos para extração de ouro, e

4 Entrevista realizada em 3 de junho de 2024, por meio digital.

as atividades extrativistas ilegais, como o garimpo, resultando em longas jornadas de trabalho, trabalho escravo, uso de drogas, violência sexual, entre outros desdobramentos (FARIAS, 2023). A complexificação dos conflitos que traça interesses econômicos e destaca grupos sociais também contribui para o rompimento de interpretações simplistas ou do senso comum sobre a realidade mencionada:

“O contexto é muito complexo. Primeiro que não se deve associar todos os garimpeiros a facções, isso é uma inverdade. Muitos vivem em situação análoga à escravidão, são precarizados. Se quer substituir o garimpo, qual a alternativa que se coloca no lugar? É uma atividade que tem mais de três décadas na região amazônica”, afirmou (FARIAS, 2023).

Pinassi e Di Guastalla (2022) exploram esse contexto ao mencionar o "baixo clero que puxa o gatilho", expondo uma hierarquia de dominações sobrepostas que estão subservientes à rede de capital financeiro, extrativista, ruralista, industrial e bancário que circula na floresta. Na reportagem, o "baixo clero" é representado por trabalhadores em situação análoga à escravidão que, embora estejam envolvidos no garimpo ilegal, não devem ser confundidos com aqueles que organizam e lucram com essas atividades criminosas. Portanto, para além de uma relação de aliança entre narcotráfico e garimpo, há no interior dessa relação um cenário de explorações. O garimpeiro, em sua condição de trabalhador, por vezes se torna um empreiteiro de baixa intensidade do capital.

A reportagem traz o marcador da cosmovisão emancipatória ao expor que o atual modelo de desenvolvimento é antiquado e carece de reestruturação para integrar de forma sustentável os povos da floresta, ao mesmo tempo que revela as contradições desse modelo. A repórter aponta para uma realidade determinada pelas engrenagens do sistema de desenvolvimento, baseado em relações de exploração, e não apenas fatos descolados do fluxo histórico. É possível perceber um quadro político importante para compreender o atual cenário amazônico, caracterizado pela falha generalizada do setor público na proteção da Amazônia Legal, assim como na fiscalização de crimes e da expansão da violência em terras indígenas, grupo que já é frequentemente castigado pelas calamidades geradas pelo garimpo.

“Eu faço matérias mostrando uma realidade que geralmente não é mostrada, esse é o nosso trabalho de jornalismo. Você está contando a verdade sobre uma realidade, vai fazer um trabalho institucional. Geralmente esse lado [do poder econômico] mostra o quanto a cobertura é desigual” (Elaíze Farias, 2024)⁵.

5 Idem.

Isso mostra que a repórter adere a outra possibilidade do real, e essa condição de posicionamento perante a realidade, que parte da busca pela liberdade do sujeito, se torna legítima e necessária para que o objeto seja revelado (GENRO FILHO, 2012).

Já Hellen Lirtêz é jornalista acreana formada pela Universidade Federal do Estado do Acre (Ufac), e se dedica às questões socioambientais que afetam a Amazônia. A perspectiva da repórter tem em vista evidenciar rupturas que indiquem a construção de respostas concretas para as fragilidades identificadas na região, como expressa em um trecho de sua entrevista: “Eu acredito que o jornalismo funciona na formação de consciência, de solução, é isso que eu busco quando eu faço a reportagem, trazer mais lucidez e clareza para a pauta” (Hellen Lirtêz, 2024)⁶.

Trazer como centralidade faces inexploradas de um fenômeno e iluminar possíveis caminhos que apontam para necessidade de transformação são elementos identificados no direcionamento político-ideológico (vide marcador dos pressupostos epistemológicos) que orientam a leitura social da jornalista.

Na reportagem “Tinha muito peixe morto”, relata barqueiro sobre a seca no Acre” (2023), publicada na Amazônia Real, Hellen Lirtêz parte de aspectos singulares e disruptivos da realidade para articular as causas e consequências que situam os eventos regionais no mapa mais amplo dos conflitos socioambientais da Amazônia. A escolha da comunidade “Vai quem quer” como ponto de partida para investigação do acontecimento faz menção ao enfoque contra-hegemônico da repórter, que se destina a observar os impactos da esfera ambiental em territórios marginalizados, que devido às condições precárias de urbanização e outra série de indicadores socioeconômicos, estão expostos à injustiça climática. Dessa forma, o impacto da morte dos peixes para comunidades ribeirinhas e indígenas que se instalaram às margens do rio apresentam particularidades que só podem ser apreendidas criticamente, considerando os vínculos (marcador da apreensão da realidade como produto histórico-social) da vida cotidiana e atividades de subsistência dessas populações.

Assim, ao investigar as conexões do uso dos recursos naturais por essas comunidades, Helen Lirtêz denuncia a precarização da vida presente no cenário de exploração da floresta Amazônica. É importante refletir que a ameaça à vida, na perspectiva da autora, parte da morte anômala de muitos peixes, e a partir disso, se expande para as demais vidas presentes no território que o usam como fonte de subsistência. E em vez de retratar esse extrativismo de

⁶ Entrevista realizada em 28 de maio de 2024, por meio digital.

subsistência como uma prática perigosa, outros eventos interligados são expostos como causa das maiores ameaças ao território através do líder indígena Ashaninka Benki Pyāko, que diz que as “(...) pessoas ainda estão queimando a floresta, queimando as fazendas de gado. E sabemos que tudo isso tem consequências de várias maneiras” (LIRTÊZ, 2023).

A perspectiva abordada aqui constrói uma narrativa em cadeia sobre as consequências ambientais ligadas à exploração madeireira e às queimadas com fins pecuaristas. Embora identifique esses fatores, a reportagem não articula diretamente as duas principais atividades que têm sido apontadas como explicações para o comportamento anômalo do ecossistema que causou a mortandade de peixes. A reportagem traz ações não freadas na região como o desmatamento e as queimadas que intensificam ação climática responsável pelo El Niño e aquecimento das águas, entretanto, faz isso sem desvendar a essência do fenômeno, o que leva a reportagem a concluir que “[...] essas alterações climáticas trazem consequências graves como a mortandade de peixes e demais animais de ambientes aquáticos” (LIRTÊZ, 2023) sem investigar os desdobramentos sistêmicos que contribuem para essas mudanças climáticas do Antropoceno.

A singularização do fenômeno da mortandade dos peixes aponta para um contexto particular que se repete em outros territórios com consequências semelhantes. Um exemplo é a aldeia "Vaka Visu", situada às margens do rio Moa, onde a estiagem provoca escassez de água potável para atividades básicas, perdas na agricultura e na criação de animais, além de condições de alta temperatura que tornam o trabalho difícil, especialmente nos horários em que o sol é mais intenso.

Em consonância com o que afirma Genro Filho (2012), o jornalismo realiza um movimento lógico oposto ao da ciência quando converge elementos da universalidade e particularidade em direção ao singular. Da mesma maneira, a jornalista considera o percurso de construção do fato jornalístico uma caminhada daquilo que não é óbvio para o que é “específico”, portanto, através desse movimento, o resultado de um contexto complexo se essencializa “na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular” (GENRO FILHO, 2012, p.146) articulados na reportagem.

Em relação à perspectiva combativa apresentada na reportagem, a jornalista destaca, conforme informações da Defesa Civil, que “diante desse quadro, os governos precisam oferecer uma resposta humanitária para a escassez de água potável, alimentos e apoio

econômico". Paralelamente, o líder indígena Benki enfatiza a necessidade de políticas ambientais efetivas e cobra ações governamentais que vão além dos discursos.

A análise da reportagem permite observar o esforço da jornalista em conectar a mortandade dos peixes a um contexto ambiental e social mais amplo e interdependente, destacando como esses fenômenos são parte de um ciclo contínuo e de afetação comum a determinados grupos. Em vez de tratar o ocorrido como um evento isolado, a narrativa busca evidenciar as conexões entre desmatamento, queimadas, expansão agrícola e a vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas e indígenas. Contudo, a reportagem também apresenta algumas fragilidades. Embora consiga evidenciar aspectos importantes da realidade local e atingir determinados conhecimentos da realidade, certas dinâmicas complexas permanecem parcialmente abordadas, como a relação entre o agronegócio e a intensificação das queimadas. Algumas interações fundamentais, especialmente aquelas que envolvem a intersecção entre estruturas sistêmicas e a vulnerabilidade ambiental, acabam sendo tratadas de forma superficial, o que limita o potencial da matéria para enunciar, enquanto horizonte, as raízes mais profundas dessas questões.

6. Sumaúma

Na reportagem “Os maracás não vão abaixar” (SUSUI, 2023), publicada no Sumaúma, a jornalista indígena Ariene Susui explora as percepções de lideranças sobre a conjuntura política que marcou a 19º edição do Acampamento Terra Livre (ATL). No intuito de demarcar a avaliação dos povos originários acerca do cenário político desfavorável, as cinco fontes da reportagem, identificadas como lideranças e representantes indígenas, refletem o cenárioativamente, buscando direcionamentos para uma mobilização contínua, contribuindo também para a consolidação de um movimento indígena organizado.

A reportagem começa apresentando dados apurados pela autora, que descreve o Acampamento Terra Livre (ATL) de 2023, destacando aspectos singulares da realidade que compõem o cenário político a ser explorado ao longo do texto. Contudo, antes de abordar esses elementos fundamentais da singularidade, o lide apresenta um contexto particular, marcado por séculos que antecedem o ATL. Essa abordagem rompe com a estrutura tradicional do lide, que, segundo a perspectiva funcionalista da pirâmide invertida, deveria priorizar informações mais importantes em detrimento das secundárias ou interpretativas. No entanto, a escolha das

informações iniciais tem como critério a presença de aspectos da universalidade e contradições fundamentais, como a grande expansão imperialista da Europa no século XV e a colonização.

A reelaboração crítica dos fatos visa ultrapassar a descrição fenomênica, uma vez que para compreender um fenômeno, é essencial analisar as condições históricas que o tornam possível. Nesse sentido, a reportagem realiza uma síntese do presente, capaz de conduzir os desdobramentos e contradições do governo vigente.

Através da mediação, a repórter apresenta conhecimento da realidade e das engrenagens que a moldam por meio da articulação entre os aspectos singulares concretos do ATL e dimensões particulares da mobilização. Um dos aspectos centrais da reportagem é sua atenção às questões urgentes de seu tempo, como o julgamento do Marco Temporal. Essa pauta foi destacada pelo movimento indígena como o “julgamento do século”, capaz de definir o futuro dos povos originários (SUSUI, 2023).

Para compreender os desafios contemporâneos, a reportagem resgata os antecedentes históricos que moldaram a exclusão dos povos indígenas. O governo empresarial-militar citado foi definitivo para a eclosão de diversos conflitos socioeconômicos e ambientais ao inserir a Amazônia na rota do desenvolvimentismo, tais como a construção da Transamazônica, implementação de complexos hidrelétricos e a criação da Zona Franca de Manaus (MILHOMENS e GOHN, 2023). No entanto, esses conflitos também impulsionaram a formação de movimentos sociais amazônicos, nos quais os indígenas desempenharam um papel central de resistência.

“Raoni, que lutou contra Belo Monte e foi traído pelos governos do PT, sabe que o erro que os indígenas não podem cometer é baixar a guarda” (SUSUI, 2023). A fala de Raoni lança luz sobre expressões da realidade que escancaram contradições do regime político e societal, sobretudo no embate entre os governos de esquerda que sugerem comprometimento com os povos indígenas frente as complexas demandas do capital.

O líder indígena Raoni Metuktire foi fundamental na mobilização contra a hidrelétrica de Belo Monte, anteriormente denominada Kararaô (grito de guerra, em Caiapó). A partir do conceito de intelectual orgânico de Gramsci (2022), é possível tecer aproximações entre a descrição da repórter com o papel de intelectual orgânico desempenhado por Raoni Metuktire, que carrega em si o comprometimento com a emancipação social. Seu discurso político ultrapassa a esfera discursiva para se tornar ideologia rebelde que escapa aos interesses burgueses. Isto é, uma ideologia que não tem em seu escopo o falseamento da realidade, mas a

autoconsciência de pertencer a um bloco social que disputa a hegemonia e, consequentemente, o mapa de sentidos da sociedade.

A busca de um novo panorama intelectual expresso tanto na ação política quanto no jornalismo fornece as bases para o que Genro Filho (2012) denominou de cosmovisão emancipatória. Conforme a interpretação do presente e da figura de Raoni, a reportagem se coloca no “ângulo oposto ao da reprodução” das tendências universais.

Ariene Susui, como sujeito ativo na participação das mobilizações indígenas, explica: “eu vejo o jornalismo como uma ferramenta social e crítica. Eu não acredito no jornalismo imparcial, eu tenho uma causa” (Ariene Susui, 2024)⁷. Isso porque essa participação tensiona certos aspectos da realidade e possibilita abordagens críticas, como evidenciar o posicionamento de interesses de setores da sociedade alinhados à exploração capitalista. Tais setores são representados na reportagem pela denúncia das alianças e interesses do Congresso, e das fragilidades do governo. Nesse sentido, a reportagem explora as contradições do governo Lula, que, embora tenha prometido avanços para os povos indígenas, apresenta uma postura de inércia frente à tramitação do PL do Marco Temporal.

Sendo assim, a reportagem capta o singular ao descrever o movimento dos indígenas no ATL, mas aborda com maior profundidade a particularidade da situação dos povos originários, destacando as causalidades dos conflitos e as contradições do governo Lula. Assim, a jornalista dá conta de observar aspectos imediatos da realidade, entretanto, a expressão dos substratos, que teria função de elaborar criticamente o fato jornalístico, fica reservada para as dimensões particulares.

Na reportagem do Sumaúma “*Prefeito convoca a população a resistir*”, de autoria de Catarina Barbosa (2023), identifica-se um esforço para destrinchar uma realidade contraditória, evidenciada em uma reunião pública onde o prefeito de Itaituba (PA), Valmir Climaco (MDB), promove militância pró-garimpo. Com intuito de realizar um movimento de desmanche da realidade de Itaituba, a repórter descreve uma cadeia de acontecimentos que acomete a cidade, como o estado de alerta de emergência ambiental, a denúncia do genocídio Yanomami, e a ofensiva do governo federal em terras indígenas.

Desde o lide, notam-se os indícios do marcador de reelaboração crítica do fato, uma vez que a preocupação da repórter não se detém na descrição da reunião, à priori, mas na articulação dos aspectos singulares em conexão aos interesses velados (pró-garimpo) do prefeito. Climaco

7 Entrevista realizada em 28 de maio de 2024, por meio digital.

se respalda na falsa concepção de neutralidade dos impactos dessa atividade, alegando que a atividade em Itaituba poderia ser considerada legal.

Ao passo que revela aspectos que ampliam a compreensão da realidade, destacando que Itaituba é o município mais garimpeiro do Brasil e apresentando a dicotomia caracterizada pela ofensiva do governo federal contra o garimpo e a defesa dessa prática na esfera política, a reportagem revela que Itaituba é um município emblemático das contradições amazônicas:

Itaituba é um exemplo de duas realidades paralelas na Amazônia: a da atual ofensiva do governo federal contra o garimpo e o cotidiano das prefeituras e parlamentos municipais dominados por mineradores, madeireiros, grileiros e comerciantes que vivem à custa das atividades de destruição da floresta (BARBOSA, 2023).

No entanto, essa dualidade não gera resistência às causas da destruição, mas culmina na proclamação do prefeito: “Não é hora de parar o garimpo!” (BARBOSA, 2023). O que se depreende desse marcador é que o fato está inserido em um contexto político, cultural e econômico historicamente construído, o que não apenas transforma a percepção dos eventos, mas também aponta as determinações subjacentes dessa realidade — e, consequentemente, aquilo que o discurso do prefeito oculta. Assim, a reportagem evidencia como o obscurecimento desses aspectos não é acidental, mas parte de uma estratégia que, em última instância, reforça e legitima a manutenção do *status quo*.

A repórter observa que além de reforçar a luta por concessões para mineração, o prefeito busca se desvincular das imagens do genocídio indígena, provocado por desnutrição e consequências da mineração. Essa abordagem centraliza aspectos do particular, priorizando os nexos e contextos que explicam o cenário, e toca no marcador que compreende a realidade concreta como um produto histórico-social, dotado de fenômenos subjacentes e contradições essenciais.

É possível perceber na escrita de Catarina Barbosa traços estilísticos do jornalismo literário, sobretudo na descrição minuciosa dos territórios, o que confere maior profundidade às suas reportagens. Apesar dessa abordagem dar relevo a dimensão particular dos fenômenos, uma práxis noticiosa crítica, que se propõe a combater a reificação do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002), não precisa se empenhar em descrever amplos processos sociais. Mas isso não implica que o jornalista deva se restringir à superfície dos acontecimentos.

O comprometimento com a expressão do singular, quando apanhado pela cosmovisão emancipatória, tem potencial para revelar pistas da universalidade, pois a dimensão fenomênica, ao mesmo tempo, revela e esconde a essência.

“Me incomoda muito esse jornalismo que já sai [pronto] da redação. O jornalista só vai à comunidade para colher umas aspas, para encaixar na história que ele já escreveu. Os jornalistas que se dispõem a cobrir a pauta indígena e de conflitos territoriais, têm que estar dispostos a chegar no território e contar a história que eles encontraram ali, não a que eles criaram” (Catarina Barbosa, 2024)⁸.

Segundo a reflexão da jornalista, evidencia-se a presença do capital internacional operando livremente na floresta, assim como as tensões concretas em torno da disputa pela extração de ouro e cassiterita. A compreensão dessa conjuntura é possível somente a partir da consciência da própria repórter, que identifica os privilégios concedidos à elite mineradora e reconhece as condições objetivas que levam comunidades a aderirem ao garimpo, muitas vezes por falta de alternativas econômicas. Esse olhar crítico se materializa em sua fala ao problematizar a criminalização dos trabalhadores do garimpo, deslocando o debate para as contradições estruturais que os empurram para essa atividade:

“A questão do garimpo, por exemplo, é muito delicada. Eu lembro que na época dos Yanomami, era hashtag no Twitter subindo: ‘odeio garimpeiro’, ‘mata garimpeiro’. Tem muito garimpeiro que é indígena, quilombola, ribeirinho. São pessoas que foram compelidas a estar naquela realidade, porque elas não têm outra alternativa de renda” (Catarina Barbosa, 2024)⁹.

Esse depoimento levanta reflexões importantes sobre a relação entre sociedade e natureza. Enquanto, em diversas regiões do Pará e da Amazônia, comunidades tradicionais resistem à atuação das mineradoras, em Itaituba observa-se um movimento oposto: a adesão da comunidade não indígena ao garimpo, que se torna um elemento estruturante da identidade coletiva local.

O ponto-chave está na leitura dos processos históricos e das condições objetivas do território, que determinam as dinâmicas sociais e econômicas da região. É possível notar um conflito estrutural: de um lado, “prefeituras e parlamentos municipais tomados por defensores da mineração, da madeira e da grilagem de terras”; de outro, comunidades indígenas que resistem à exploração predatória (BARBOSA, 2023). Assim, a reportagem se insere em uma

8 Entrevista realizada em 17 de maio de 2024, por meio digital.

9 Idem.

perspectiva crítica e aponta caminhos para sua transformação, mobilizando o singular em direção a um projeto emancipador de sociedade.

6. Considerações Finais

Quando uma reportagem toca nas fissuras no tecido da totalidade, ela torna-se um forte aparato de destruição da pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002). A percepção desse contexto só é possível quando seguimos a rota do capital, suas determinações e contradições. Essa costura mesclada aos elementos desalienadores das investigações estabelecidas e o substrato que fundamenta o caminho que vai do singular ao particular configura aproximações do jornalismo produzido por Elaíze Farias com a práxis proposta por Genro Filho (2012).

Já Hellen Lirtêz foca sua matéria em comunidades ribeirinhas e suas condições de sobrevivência em territórios dependentes diretamente de recursos da natureza. Ela expõe um exemplo da confluência entre os marcadores sobre a apreensão da realidade por vias emancipatórias, e também da abertura de interpretação dos fenômenos pela ruptura do senso comum. Embora a repórter oriente o caminho da reportagem em direção às mudanças climáticas, mapear essa realidade revela que os efeitos da crise ambiental não atingem a população de maneira igualitária, os grupos socioeconomicamente mais vulneráveis do globo são também os mais afetados.

Na produção de Ariene Susui também destaca-se uma apreensão crítica da realidade. A perspectiva abordada dos movimentos sociais é de reforço, uma vez que a jornalista os expõe como sujeitos históricos revolucionários, cuja luta busca romper com a ordem do dia e concretizar projetos emancipatórios. Ao expor essa dimensão, ela informa que a resistência indígena é parte de um projeto histórico de transformação social.

Diante da crise do modo de produção capitalista e suas expressões socioambientais, Catarina Barbosa (2024) comprehende sua práxis como ferramenta de enfrentamento: “Eu acho que o papel do jornalismo não é mais só reportar. A gente vive uma emergência climática, a gente como jornalista precisa fazer reportagens que causem algum impacto ou que minimamente vislumbre algum tipo de impacto”¹⁰. O posicionamento ético-político da repórter desvela uma disputa entre dois projetos antagônicos de sociedade: a lógica capitalista de mercantilização da natureza; e a resistência indígena como forma de preservação da vida.

10 Idem.

Todas as reportagens provocam um tensionamento com o senso comum codificado de forma dominante (HALL, 2003), ao romper com narrativas homogêneas sobre a Amazônia. Essa perspectiva permite vislumbrar algumas das estruturas que sustentam o problema, ainda que elementos latentes da questão permaneçam intocados, ou pouco explorados. Com o sinal de alarme dado pelo Antropoceno, há nítidas potencialidades na práxis e nos textos das jornalistas autodeclaradas indígenas. A análise da práxis noticiosa demonstrou elementos predominantes que seguem as diretrizes de um jornalismo crítico-emancipatório, realçando a potencialidade desta forma de conhecimento para a formação de sujeitos capazes de enfrentar a catástrofe do presente.

Referências

- ANGUS, Ian. **Enfrentando o Antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BARBOSA, Catarina. **Prefeito garimpeiro convoca população a resistir**. Sumaúma. 19 fev. 2023. Disponível em: <https://sumaua.com/prefeito-garimpeiro-convoca-a-populacao-a-resistir/>
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Ed. 70, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994
- CHASIN, José. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- FARIAS, Elaíze. **Facções ampliaram atuação em garimpo e em crimes ambientais na Amazônia**. Amazônia Real. 30 nov 2003. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/faccoes-na-amazonia/>
- FOSTER, John Bellamy. Ecologia. In: MUSTO, Marcelo. **O renascimento de Marx**: principais conceitos e novas interpretações. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere v. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LIRTÊZ, Hellen. “**Tinha muito peixe morto**”, relata barqueiro sobre a seca no Acre. Amazônia Real. 3 out. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/mortandade-de-peixes/>
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MILHOMENS, Lucas; GOHN, Maria da Glória. **Amazônia, movimentos sociais e lutas contemporâneas**. São Paulo: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2023.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



PINASSI, Maria Orlanda; DI GUASTALLA, Isabella. **A solidão indígena no mundo-inferno da Amazônia.** Revista Margem Esquerda - Revista da Boitempo, n.39, 2022.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2015.

SAITO, Kohei. **O capital no Antropoceno.** São Paulo, Boitempo, 2024.

SOUZA, Rafael Bellan R. de. **Jornalismo crítico-emancipatório e ética marxista:** a práxis noticiosa contra a ordem do capital. *Brazilian journalism research*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. e1611, 2024. Disponível em:<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1611>

SUSUI, Ariene. **Os maracás não vão abaixar.** Sumaúma. 24 mar. 2023. Disponível em: <https://sumauama.com/os-maracas-nao-vao-abaixar/>